

TEM A HISTÓRIA ALGUMA SIGNIFICAÇÃO? AS CONCEPÇÕES DE AGOSTINHO, ROUSSEAU, KANT E NIETZSCHE¹

HAS THE HISTORY SOME SIGNIFICATION?
THE CONCEPTIONS OF AUGUSTINE, ROUSSEAU, KANT AND NIETZSCHE

José Junio Souza da Costa²

RESUMO:

Neste trabalho são apresentadas quatro concepções acerca da significação da história e sobre a postura existencial a ser tomada diante desta, a saber, as visões de Santo Agostinho, de J. J. Rousseau, de I. Kant e de F. Nietzsche. Das quatro concepções apresentadas emergem também quatro linhas gerais de interpretação histórica. A compreensão do sentido do tempo e da história se mostra complexa quando encarada com uma visão mais atenta e reflexiva.

Palavras-chave: História. Agostinho. Rousseau. Kant. Nietzsche.

ABSTRACT:

This paper presents four concepts about the meaning of history and the existential stance to be taken in relation to it, namely, the views of St. Augustine, J. J. Rousseau, I. Kant, and F. Nietzsche. From the four concepts presented arise also four general lines of historical interpretation. The understanding of the meaning of time and history shows itself complex when regarded with a more attentive and reflective view.

Keywords: History. Augustine. Rousseau. Kant. Nietzsche.

INTRODUÇÃO

O que é a história? Teria ela algum significado? Se há algum significado para a história, qual seria e qual a relação dele com as ações humanas, individuais e coletivas? Muitos tentaram responder a questões como essas e suas respostas foram diversas, exibindo tanto concordâncias quanto divergências. Neste trabalho, serão apresentadas, de maneira breve, procurando encontrar possíveis implicações filosóficas delas resultantes, quatro

¹ Artigo recebido em 21/01/2013 e aprovado para publicação em 05/02/2013.

² Pós-graduando em Docência do Ensino Superior pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB/MS. Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Email: tuirajj@hotmail.com.

concepções acerca da significação da história e sobre a postura existencial a ser tomada diante desta, a saber, as visões de Santo Agostinho, de J. J. Rousseau, de I. Kant e de F. Nietzsche.

SANTO AGOSTINHO (354-430)

O sentido que Agostinho atribuiu à história se baseava em uma concepção de tempo herdada da cultura hebraica, que foi acolhida pelo Cristianismo e, posteriormente, adotada pela cultura européia, ou seja, a noção linear e progressiva do tempo em oposição à noção cíclica, admitida pelas culturas arcaicas e greco-romanas. A história, na compreensão agostiniana – e também na dos hebreus e cristãos – teve um início (com a Criação) e terá um fim (com o Juízo Final); no intervalo temporal entre ambos, a história se daria de maneira retilínea em fatos não repetíveis e, por isso mesmo, irreversíveis. A não repetição dos fatos significaria a negação da ciclicidade histórica; cada ato ou acontecimento, portanto, seria único e definitivo. Em um trecho das Confissões, Agostinho dizia:

Na eternidade, ao contrário, nada passa, tudo é presente, ao passo que o tempo nunca é todo presente. Esse tal verá que o passado é impelido pelo futuro e que todo o futuro está precedido dum passado, e todo o passado e futuro são criados e dimanam d'Aquele que sempre é presente. Quem poderá prender o coração do homem, para que pare e veja como a eternidade imóvel determina o futuro e o passado, não sendo ela nem passado nem futuro? Poderá, porventura, a minha mão que escreve explicar isto? Poderá a atividade da minha língua conseguir pela palavra realizar empresa tão grandiosa? (1980, p.263)

Nessa passagem, está clara a ideia de que Deus teria criado o tempo na eternidade, estando Ele fora do tempo, e conheceria o tempo em sua totalidade, ou seja, estaria plenamente consciente de toda a história, que estaria posta diante dele de forma completa, não havendo diferença temporal entre passado e futuro, diferença essa experimentada pelo homem, sujeito ao tempo como algo com começo meio e fim. Isso traz a percepção da história como sendo linear, progressiva, mas que no nível da eternidade, tudo se apresentaria diante do Criador como sempre presente, sem mudança ou mobilidade temporal, coisa impossível de ser compreendida plenamente por qualquer que seja o homem. Dessa forma, a história seria apenas um “estágio”, ou um “momento” (se for possível utilizar estes termos) da eternidade, um “vestígio”, apenas uma parte do todo da realidade, que não se resumiria ou não se limitaria a este mundo, mas referir-se-ia à eternidade, realidade realmente real e verdadeira na

qual o tempo estaria contido. A história caminharia, portanto, para um fim, uma finalidade, teria um caráter teleológico, e Deus seria o seu Senhor, visto que ele é, na concepção cristã, criador de todas as coisas, inclusive do tempo e, portanto, conhecedor e possuidor de toda a história. Todos os fatos de todos os tempos estariam na mente de Deus; portanto, no plano da eternidade; mas não porque Ele tenha arbitrariamente estipulado quais seriam esses fatos, mas por ser conhecedor de todas as coisas, como observador onisciente. Assim, conhecimento e realidade seriam a mesma coisa para Deus, incluindo, desse modo, o conhecimento de toda a história. Então, ao mesmo tempo em que não haveria uma história preestabelecida também não existiria nenhum fato histórico – quer seja do passado quer seja do futuro – não conhecido por Deus. Como os fatos futuros, para os homens, ainda não aconteceram, ou seja, nem sequer são fatos, a não ser para Deus, e para este tudo “já” é (embora o termo “já” carregue em si a ideia de tempo, o que demonstra uma limitação da linguagem quanto ao tema da eternidade), então, tem-se a impressão de que a história seria resultado de uma predestinação divina; porém, Agostinho não entendia dessa forma e afirmava que “na eternidade [...] nada passa, tudo é presente, ao passo que o tempo nunca é todo presente”. (1973, p.242). Desse modo, toda a história estar na mente de Deus não significaria predestinação, mas “pré-conhecimento” divino acerca da realidade; no entanto, também o termo “pré-conhecimento” é inadequado, pois carrega em seu significado a ideia de tempo, e Deus não poderia ter conhecido a realidade histórico-temporal “antes” que ela ocorresse, já que só haveria um “antes” se houvesse tempo e o tempo, como já foi dito, também seria criação divina. Assim, esse “antes” diz respeito mais à compreensão humana acerca do “período anterior” à Criação, compreensão essa limitada pela condição temporal do homem, do que à posição divina em relação à realidade; para Agostinho “não é concebível um tempo em que possa dizer-se que não havia tempo”. (1973, p.243). Ele também perguntava:

Como poderiam ter passado inumeráveis séculos, se Vós, que sois o Autor e o Criador de todos os séculos, ainda os não tínheis criado? Que tempo poderia existir se não fosse estabelecido por Vós? E como poderia esse tempo decorrer se nunca tivesse existido? (1980, p.264).

Portanto, para Agostinho, a história teve um começo e terá um fim; esse fim teria sido estabelecido por Deus na eternidade, mas o intervalo histórico-temporal entre o fim da história e sua criação se daria não como predestinação, mas no plano do livre-arbítrio. “Quanto aos nossos anos, só poderão existir todos, quando já todos não existirem” (1973,

p.243), ou seja, todos os anos da humanidade e do universo só terão existência plena, em sua totalidade, quando o tempo for absorvido pela eternidade, no chamado “fim dos tempos”; agora ainda não existiriam todos os tempos para os homens, pois ainda haveria tempos por existir, no futuro; o julgamento da história só ocorreria quando esta adquirisse uma forma completa, acabada, podendo ser observada como uma totalidade, em uma só figura, coisa que para Deus seria um fato, presente, e para o homem, algo a acontecer, o que implica que tanto a criação quanto o julgamento do mundo seriam realidades atuais, presentes, no âmbito da eternidade, ou seja, fora da história.

JEAN-JACQUES ROUSSEAU (1712-1778)

Sustentando a idéia de que a história tem significado um regresso do gênero humano e defendendo a tese de que o homem civilizado é, no plano ético, inferior ao homem natural, ao homem no estado de natureza, Rousseau expressa um pessimismo com relação à história humana, embora proponha, na obra *Emílio*, uma reforma educacional que resultaria em uma nova e melhor humanidade. No entanto, paradoxalmente, é no início dessa mesma obra pedagógica que se encontra uma de suas afirmações mais pessimistas acerca do homem: “Todo está bien al salir de manos del autor de la naturaleza; todo degenera en manos del hombre.” (2000, p.8). Desta afirmação podem ser extraídas algumas conclusões acerca do que Rousseau pensava sobre a natureza, o homem e a história: a natureza seria criação divina; tal criação seria boa na sua constituição original; o homem, mesmo sendo parte da criação, degeneraria a natureza ao utilizá-la, ao por as mãos nela; da criação à civilização haveria um processo de corrupção, ou seja, a história do homem seria a história do regresso, da degeneração, do crescente distanciamento da perfeição estabelecida pelo divino na criação.

Com relação à condição individual do homem, Rousseau também acreditava ter havido um regresso no decorrer da história: “O homem nasceu livre e por toda parte ele está agrilhado.” (1999, p.9). O desenvolvimento da civilização teria significado o progressivo agrilhamento do homem, a perda gradativa de sua liberdade natural no processo civilizatório. É claro que, ao afirmar isso, Rousseau tinha em mente uma concepção de liberdade e também se considerava tão agrilhado quanto todos os outros homens. Mas sua concepção de liberdade se referia ao estado de natureza original, ainda que hipotético, e o estado de

agrilhamento no qual todos os homens se encontrariam não significaria que o ser humano é naturalmente perverso; o que ocorreria, na visão de Rousseau, é que,

muitos se apressaram em concluir que o homem é naturalmente cruel e tem necessidade de polícia para abrandá-lo; ao passo que não há nada tão doce como ele em seu estado primitivo, quando, colocado pela natureza a distâncias iguais da estupidez dos brutos e das luzes funestas do homem civilizado, e limitado, igualmente, pelo instinto e pela razão, a se preservar do mal que o ameaça, é impedido pela piedade natural de fazer mal a quem quer que seja, não sendo por nada levado a isso, mesmo depois de o ter recebido. (2001, p.33)

Neste trecho, Rousseau novamente faz um elogio do estado primitivo do homem, no qual não haveria necessidade alguma de coerção policial para mantê-lo em boas relações com os outros homens. Esse estado primitivo não seria um estado de brutalidade estúpida nem o estado dito civilizado, mas seria um ponto intermediário entre ambos, regido pelo instinto e pela razão, no qual a piedade natural é que permitiria a harmonia social. Assim, as tribos primitivas ou selvagens seriam exemplos desse estado primitivo, o qual teria sido corrompido durante a história.

O exemplo dos selvagens, que estiveram quase todos nesse estado, parece confirmar que o gênero humano fora feito para nele ficar sempre; que foi essa a verdadeira juventude do mundo, e que todos os progressos ulteriores foram, aparentemente, outros tantos passos para a perfeição do indivíduo, mas, de fato, para a decrepitude da espécie. (2001, p.33)

O estado selvagem, a “juventude do mundo”, seria o estado ideal da espécie humana. Todos os aparentes progressos da humanidade, ocorridos após esse estado primitivo, na verdade, não seriam outra coisa senão a degeneração dessa mesma espécie. Em outras palavras, o que é chamado de evolução ou progresso da humanidade seria, de fato, retrocesso, corrupção, negação da verdadeira natureza humana; a história, portanto, seria degenerativa no que diz respeito ao homem e suas relações com a natureza e com a humanidade. Mas Rousseau tinha uma proposta pedagógica que visava educar o jovem segundo as leis da natureza, de modo que este tivesse uma nova postura; se não seria mais possível voltar ao estado original de natureza instintiva, estaria ao alcance dos homens ao menos a possibilidade de serem educados de maneira diferente com vistas a um contrato social que garantisse a efetivação de uma sociedade nova e melhor. Porém, como conciliar tal proposta pedagógica

com a tese de que tudo nas mãos dos homens degenera? Tanto Rousseau quanto sua obra *Emílio* faziam e fazem parte da história; de que forma? Como parte do processo de degeneração humana iniciada desde que a natureza saiu das mãos de Deus para as mãos do homem ou como rompimento desse carma histórico?

Como já foi dito, Rousseau tinha uma visão pessimista da história e do homem, mas propôs um projeto pedagógico capaz de, segundo ele, construir uma nova e melhor humanidade ou, pelo menos, novos e melhores homens. Também acreditava ser o homem selvagem superior ao homem civilizado. Ora, a proposta pedagógica de Rousseau e o conteúdo de suas outras obras, deveriam ser incluídos historicamente no processo de degradação humano denunciado por ele nessas mesmas obras ou deveriam ser considerados como uma ruptura do determinismo histórico que ele também defendia, constituindo-se assim como uma proposta verdadeiramente revolucionária, já que inverteria o sentido pessimista da história defendido por ele? Seu projeto pedagógico seria fruto da civilização, da natureza humana selvagem ou de nenhuma delas? É claro que Rousseau não incluía suas obras no rol dos processos degenerativos da história humana, do contrário não teria pretendido ser aceito como denunciante de tal degeneração. Mas, pensando assim, ou estaria negando sua própria tese pessimista acerca da história, posto que a existência dele e de suas obras seriam uma tentativa histórica de retorno ou de aproximação em relação ao estado de natureza; ou estaria dizendo, implicitamente, que é possível romper com o sentido da história, subvertendo-a, realizando uma verdadeira revolução no sentido mais pleno da palavra, estabelecendo um novo sentido para a história, o que permitiria uma nova divisão da mesma em antes e depois de Rousseau; ou então afirmando o fim da história, ou mesmo dando origem a uma nova, com outro significado, estando ele, em qualquer dos dois casos, na condição de representante de um futuro revolucionário, na contramão do sentido pessimista da história que o próprio Rousseau apresentou em suas obras como regra de desenvolvimento histórico desde sua origem após sair das mãos do Criador.

IMMANUEL KANT (1724-1804)

No ensaio *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, Kant expôs uma concepção teleológica da história, o que pode ser confirmado na seguinte passagem:

A história da espécie humana, no seu conjunto, pode considerar-se como a realização de um plano oculto da natureza, no sentido de estabelecer uma constituição política internamente perfeita e, em ordem a esse mesmo fim, perfeita também no plano externo, pois esta é a única situação em que a natureza pode desenvolver plenamente na humanidade todas as suas disposições. (2003, p.17).

A natureza, portanto, esconderia uma pulsão ou tendência de conduzir a humanidade à perfeição no âmbito político, nas relações entre os homens, na vida em sociedade. Assim, a história para Kant é progresso, evolução rumo à perfeição política e, portanto, perfeição das relações sociais. Dessa forma, cada parte da história seria resultado de uma ininterrupta intervenção da própria natureza, ou seja, como se houvesse uma inteligência ou razão natural por trás da realidade histórica, conduzindo-a num processo de mudanças constantes rumo à perfeição. Vê-se nessa concepção um tipo de determinismo otimista quanto à história. Mas Kant não tinha somente uma posição passiva acerca desse tema; ele também apresentou uma proposta de constituição política que seria capaz de conduzir à “paz perpétua”:

A constituição fundada, primeiro, segundo os princípios da liberdade dos membros de uma sociedade (enquanto homens); em segundo lugar, em conformidade com os princípios da dependência de todos em relação a uma única legislação comum (enquanto súbditos); e, em terceiro lugar, segundo a lei da igualdade dos mesmos (enquanto cidadãos), é a única que deriva da ideia do contrato originário, em que se deve fundar toda a legislação jurídica de um povo – é a constituição republicana. Esta é, pois, no tocante ao direito, a que em si mesma subjaz a todos os tipos de constituição civil; e, agora, surge apenas a questão: será também ela a única que pode conduzir à paz perpétua? A constituição republicana, além da pureza da sua origem, isto é, de ter promanado da pura fonte do conceito de direito, tem ainda em vista o resultado desejado, a saber, a paz perpétua; daquela é esta o fundamento. (2008, p.11-2)

Em outras palavras, Kant acreditava que a natureza possui um plano oculto que conduz a humanidade à realização de uma constituição política perfeita e, ao mesmo tempo, defendia um modelo de constituição política capaz de conduzir à paz perpétua, ou seja, uma constituição perfeita. Então, sendo assim, poderia ser dito que há uma identificação entre a constituição política a qual a natureza conduz a humanidade e a constituição política proposta por Kant? Dizer que a natureza, através de um plano oculto, conduz os homens à realização de uma constituição política perfeita e dizer qual seja essa constituição não significaria

também afirmar que essa constituição proposta se efetivará necessariamente como resultado desse mesmo plano oculto na natureza?

Outro problema semelhante que emerge do confronto dessas duas teses é o que diz respeito à concepção histórica otimista defendida por Kant e à sua posição existencial efetiva no âmbito dessa mesma história. Se a história é uma evolução natural rumo à perfeição política e se Kant e sua proposta política estão incluídos nessa história, então a efetivação dessa proposta kantiana seria, igualmente, a efetivação do plano oculto da natureza apresentado por Kant e, portanto, o projeto político de Kant estaria, nesse caso, em harmonia com o plano natural oculto; ele mesmo estaria, consciente ou inconscientemente, se colocando na condição de representante histórico desse projeto natural. Como já foi dito, ele entendia seu projeto de constituição como capaz de conduzir à paz perpétua, ou seja, para sempre, infundável, perene; isso implicaria dizer que, sendo verdadeira essa tese, tal constituição seria a última da história e isso, por sua vez, significaria o fim da história ou o estabelecimento de uma nova, verdadeira, na qual a humanidade se desenvolveria plenamente em “todas as suas disposições”. (2003, p.17). Assim, essa proposta expressaria um ideal político de humanidade, o qual Kant teria vislumbrado antecipadamente no tempo, como sendo um representante do futuro ideal que inevitavelmente chegará graças a ação do secreto projeto da natureza.

FRIEDRICH NIETZSCHE (1844-1900)

No sentido contrário a toda a tradição cristã, Nietzsche retoma a tese do tempo cíclico, defendida pelos estóicos e pela mentalidade arcaica pré-cristã. A anulação do sentido de linearidade temporal seria um grande passo em direção ao Além-Homem, aquele que, no entender de Nietzsche, aceitaria a morte de Deus, viveria conduzido pelo espírito dionisíaco, submeter-se-ia não ao tempo linear, mas ao eterno retorno e agiria com postura de vontade de potência. Assim, com relação ao tempo e a história, o Além-Homem viveria como se tudo tivesse que retornar.

E se um dia, ou uma noite, um demônio lhe aparecesse furtivamente em sua mais desolada solidão e dissesse: ‘Esta vida, como você a está vivendo e já viveu, você terá de viver mais uma vez e por incontáveis vezes; e nada haverá de novo nela, mas cada dor e cada prazer e cada suspiro e pensamento, e tudo o que é inefavelmente grande e pequeno em sua vida, terão de lhe suceder novamente, tudo na mesma sequência e ordem – e assim também essa aranha e esse luar entre as árvores, e

também esse instante e eu mesmo. A perene ampulheta do existir será sempre virada novamente – e você com ela, partícula de poeira!’ Você não se prostraria e rangeria os dentes e amaldiçoaria o demônio que assim falou? Ou você já experimentou um instante imenso, no qual lhe responderia: ‘Você é um deus e jamais ouvi coisa tão divina!’? (2001, p. 230)

No entanto, Nietzsche parece não ter se preocupado em mostrar qual o sentido da história, absoluto e imutável, mas, ao contrário, em dizer qual o sentido que o Além-Homem deve atribuir a ela em sua postura de vontade de potência, a qual possibilitaria a ele a capacidade de imputar aos objetos o significado que mais lhe agradasse, não permitindo, assim, que se sujeitasse a qualquer objetividade. Portanto, o sentido do tempo e da história seria determinado por esse homem superior, diferente de outras concepções nas quais a história possui um sentido objetivo anterior – temporal e ontológico – ao homem, onde este aparece submetido às leis do desenvolvimento histórico. Porém, viver como se tudo fosse retornar implica aceitar, de alguma maneira, uma concepção de história, ainda que válida apenas e tão somente para aquele que assim vivesse, a qual não seria uma concepção histórica linear, mas que de alguma forma admitiria uma finalidade para a história, ou seja, esta teria a finalidade de sempre se repetir e de não ter um final. Além disso, aceitar a história como um eterno retorno, significaria aceitar que esse entendimento acerca da história seria também um retorno, que tal entendimento não seria novo, mas uma repetição de uma compreensão já ocorrida no passado, que se repete agora e que ocorrerá novamente no futuro, exatamente da mesma forma, o que por sua vez implicaria em dizer que Nietzsche não teria descoberto agora essa noção, mas em ciclos infinitamente anteriores ao tempo no qual afirmava ter descoberto tal noção. No entanto, ao decidir encarar a história e o tempo como um ciclo e, por isso, procurando agir como se tudo fosse retornar, o indivíduo estaria diante de um dilema: como fazê-lo se, graças à ciclicidade do tempo, as ações presentes não passam de repetições de ações passadas? Ou seja, como decidir encarar a história como ciclo se tal decisão, sendo concretizada, significaria apenas repetição de uma ação passada desse mesmo ciclo admitido. Em outras palavras, o indivíduo que admitisse tal perspectiva temporal cíclica, no momento mesmo em que a admitisse, deveria aceitar, necessariamente, que tal admissão seria tão somente uma repetição do ciclo de sua história pessoal; portanto, sua decisão não seria, de fato, uma decisão, uma escolha livre. Nessa perspectiva, a história como um ciclo imutável e infinito para aquele que decidiu assim encará-la poderia se apresentar como fatalidade, gerando desespero, pois tudo, irreversivelmente, seria infinita repetição, sem possibilidade de

mudança, já que até as ações no sentido de estabelecer outro futuro não seriam outra coisa senão repetição de ações anteriores.

CONCLUSÃO

Das quatro concepções acerca da história apresentadas neste trabalho emergem também quatro linhas gerais de interpretação histórica. A primeira, em Agostinho, entende a história como um processo linear e teleológico; a segunda, em Rousseau, também aceita a história como algo linear, mas não identifica um fim inalterável e inevitável para ela, concebendo-a como processo de degradação, o qual pretende mudar pela via pedagógica; a terceira, em Kant, mantém a concepção linear de história, mas a vê como processo de evolução, de progresso rumo à perfeição, procurando incluir-se ativamente nesse processo como sendo parte dele; a quarta e última, em Nietzsche, rejeita a visão de linearidade e de determinismo históricos, admitindo a possibilidade de um processo cíclico e determinado pelo homem superior na realidade histórica, a qual não deveria ser aceita como possuidora de um sentido que se impõe ao homem, mas este, em sua condição superior, é quem determinaria qual o sentido da história para si mesmo. Além disso, é importante notar algumas relações entre elas:

- Todas admitem a necessidade de um significado para a história, seja intrínseco, seja determinado pelo sujeito.
- A concepção de Agostinho seria a única que teria uma postura de aceitação da história, no sentido de que não pretende mudá-la e moldá-la em seus significados, de acordo com suas concepções filosóficas, apenas aceitando-a como transcorrer do tempo, no qual haveria a realidade do livre arbítrio. O tempo teria seu fim quando absorvido pela eternidade e nele se deveria viver em comunhão com as verdades divinas existentes nessa mesma eternidade, já que via em Deus o Senhor da história, por ser o criador do tempo e o único conhecedor de todos os tempos.
- As concepções de Rousseau e de Kant poderiam ser consideradas revolucionárias por incluírem em seu escopo uma proposta pedagógica que inverteria o sentido pessimista da história (Rousseau) e um projeto político constitucional capaz de estabelecer a paz perpétua (Kant) – o que nunca existiu na história humana – estabelecendo, ao mesmo

tempo, o fim e a finalidade da história até então conhecida e o começo de uma nova história em estado de perfeição política.

- A visão de Nietzsche também poderia ser entendida, em certo sentido, como revolucionária, pois rejeita qualquer significado histórico prestabelecido, defendendo a determinação subjetiva de tal significado, mas, em outra acepção, teria um caráter de regressão no seu relativo retorno às concepções de tempo cíclicas arcaicas e greco-romanas.

Diante dessas quatro propostas, inconciliáveis em muitos pontos, harmonizáveis em outros, percebe-se que a compreensão do sentido do tempo e da história, tidos como realidades simples e banais, se mostram complexos quando encarados com uma visão mais atenta e reflexiva, para além da experiência ordinária comum.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Traduzido por J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Abril Cultural, 1973 e 1980 (2. ed). Coleção Os Pensadores.

KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua: um projecto filosófico*. Traduzido por Artur Morão. Covilhã: Universidade da Beira Interior; LusoSofia, 2008. Disponível em <www.lusosofia.net>

_____. *Ideia de uma História Universal de Ponto de Vista Cosmopolita*. Tradução Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. Traduzido por Maria Lacerda de Moura. [s.l.]: Ridendo Castigat Mores, 2001. Disponível em <www.jahr.org>

_____. *O Contrato Social*. Traduzido por Antonio de Pádua Danesi. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Emilio: o la educación*. Traducido por Ricardo Viñas. [s.l.]: El Aleph, 2000. Disponível em <www.educ.ar>

NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.